

# **Poder, gênero e identidades: Um novo momento no sindicalismo.**

Resultado de investigación finalizada

Gênero, desigualdades e cidadania

Leonardo José Ostronoff  
Universidade de São Paulo

## **Resumo Simples**

Este texto diz respeito às relações de gênero e poder nos sindicatos brasileiros. Baseado em um estudo de caso realizado por dois anos no Sindicato dos Químicos de São Paulo, verifiquei como a questão de mulheres se desenvolve na política e cultura sindical machista do meu país. No período da observação, um homem era Secretário de Gênero, apesar da oposição do coletivo de mulheres. Os conflitos em torno dessa questão colocaram a discussão sobre como o movimento de mulheres entende a categoria “gênero” e a constatação de que na política sindical, a pauta de gênero ainda é vista como menos relevante e uma “moeda de troca” no jogo de poder das correntes política.

**Palavras Chaves:** Gênero, Sindicatos e Poder.

## **Introdução**

Este artigo é baseado na minha dissertação de Mestrado defendida em 2008 no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, intitulada: “Gênero, Poder e Identidades: Um Novo Momento no Sindicalismo Brasileiro”. Como não pude analisar todo o movimento sindical, realizei durante dois anos um Estudo de caso no Sindicato dos Químicos de São Paulo. Para responder minha questão investigativa tomei por base a etnografia, pois dessa maneira pude investigar com proximidade como as relações de gênero se desenvolviam no interior do sindicato. Para tanto, não pude realizar uma etnografia propriamente dita, pois seria necessário estar cotidianamente na entidade sindical, o que seria inviável. Mas as técnicas etnográficas foram importantes, pois permitiriam através dos detalhes e incongruências desvendar as relações de gênero no interior do sindicato. Dessa maneira, o método empregado foi a observação direta do sindicato.

No decorrer da pesquisa realizei dez entrevistas, nove com diretores do sindicato dos Químicos e uma com um membro da executiva nacional da CUT. Essa entrevista não foi usada, pois considerei que não existia necessidade e que o depoimento estava muito distante das questões que interessam para esta pesquisa. Também utilizei os depoimentos que estão publicados na Revista Especial da Confederação Nacional do Ramo Químico: Mulheres do Ramo Químico: Construindo a História (2005). Esse material foi cedido pelo próprio sindicato, e aconselharam-me a usar essa publicação, pois a dificuldade de encontrar tais pessoas seria grande. Ao todo são doze depoimentos utilizados, sendo oito mulheres e quatro homens.

As entrevistas foram realizadas com base em um roteiro (anexo II) previamente entregue aos diretores. Os depoimentos foram obtidos procurando não interromper a fala dos entrevistados, uma vez que isso poderia dirigir as respostas. A ideia era realizar um papo o mais informal possível, para que houvesse liberdade e mais tranquilidade dos diretores. Durante a realização da pesquisa, pude acompanhar uma eleição sindical do Sindicato dos Sapateiros de Franca, da qual os diretores do SINDQUINSP participaram. Isso foi importante para entender um pouco melhor o universo sindical, e aproximar-me

mais dos químicos. Além disso, pude visitar as instalações da colônia de férias e do clube de campo do sindicato.

### O Discurso Sobre Sexo e Gênero

Foucault (1977) define um importante conceito: o dispositivo de sexualidade. Este consiste no sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos de transmissão dos nomes e bens. Este dispositivo teria importância à medida que os processos econômicos e as estruturas políticas passaram a não mais encontrar nele um instrumento adequado ou um suporte suficiente. A partir do século XVIII, as sociedades ocidentais inventaram e instalaram um novo dispositivo que se supõe ao de aliança, que seria o de sexualidade. É importante frisar que este último não suprimiu o primeiro, mas se desenvolveu a partir dele.

É da razão apresentada no último item do dispositivo de sexualidade que nasce o que Foucault denomina “tecnologia do sexo”, que por meio da pedagogia, da medicina e da economia, teria feito do sexo não somente uma questão leiga, mas uma questão em que todo corpo social e quase cada um de seus indivíduos eram convocados a porem-se em vigilância. Haveria três eixos constitutivos dessa tecnologia: pedagogia, que teria por objetivo a regulação espontânea ou prolongada dos nascimentos. Assim, as regulações do sexo não estão inseridas simplesmente no campo religioso, sendo controladas somente por instituições religiosas. Elas estão no plano secular, havendo inúmeros discursos técnicos, científicos, para ordená-las, e são justamente esses discursos que possuem na modernidade, segundo Foucault, a legitimidade para dizer “as verdades sobre sexo”.

O pensamento de Foucault é sem dúvida um marco nos estudos sobre sexualidade e gênero, sendo o primeiro a reconhecer O Sexo e o Poder não enquanto antípodas, mas, ao contrário, como intrinsecamente relacionados. É no pensamento foucaultiano que a sexualidade é entendida como política, como originada em relações de poder. Na verdade, esse pensamento influencia a própria maneira de compreender a política. Inúmeros autores relevantes foram influenciados por esse autor, dando continuidade às discussões e aos estudos no campo da sexualidade.

Passo agora a apresentar o pensamento de duas autoras que já se tornaram referência nesse campo de estudos, em minha opinião, indispensáveis para todos aqueles que se propõem a estudar a sexualidade e gênero. São elas: Gayle Rubin, Judith Butler.

Rubin (1999), afirma que o mesmo sistema social que oprime as mulheres, oprime a todos, em sua insistência numa rígida divisão de personalidades, ou seja, repressão no homem de qualquer característica tida como feminina, e na mulher, por característica tida como masculina. Assim, a opressão de gênero não pode ser pensada somente como imposta pelos homens às mulheres, os próprios membros do sexo masculino podem ser oprimidos pela personalidade masculina e as mulheres pela feminina. Tal fato remete ao caso dos homossexuais, é o que faz Rubin.

Segundo essa mesma autora, gênero exclui a homossexualidade, sendo que tal fato é oriundo do sistema, cujas regras e relações oprimem as mulheres. Na verdade, a autora afirma que os conflitos relacionados ao sexo tem um peso simbólico, uma vez que o “reino da sexualidade” teria sua própria lógica interna, suas desigualdades e modos de opressão. Existem disputas que são mais ou menos acirradas em determinados períodos e neles o domínio da vida erótica é renegociado.

Segundo Rubin, o sistema sexual não pode ser visto enquanto estrutura monolítica e onipresente. Para ela, travam-se incessantes batalhas quanto a definições, avaliações, acordos, privilégios e custos do comportamento sexual. A luta da política sexual assume formas bastante específicas. Essa ideia de disputa simbólica resolve o problema de se pensar sexualidade enquanto produtora de categorias estáveis, e conduz o pensamento para o que Butler (1998) chama de fundamentos contingentes, ou seja, categorias que tenham definições, sem que estas sejam consideradas como últimas, mas com possibilidades de alterações. Essa autora afirma que o uso do termo mulheres pelo movimento feminista deve seguir essa ideia, pois somente assim, não serão excluídos atores, como foram as mulheres negras nos estados unidos em determinado momento histórico.

Segundo Butler (1998), o movimento feminista deve utilizar mulheres não como um referente fixo, mas passível de re-significação, que torne possíveis novas configurações. Em certo sentido, o significado do termo mulheres foi fixado, normalizado, imobilizado, paralisado em posições de subordinação. Para essa autora, o significado foi fundido com o referente, de tal forma que um conjunto de significados foi levado a ser inerente à natureza real das próprias mulheres. Refundir o referente como significado e autorizar ou salvaguardar a categoria mulheres como lugar de re-significação possível é expandir as possibilidades do que significa ser mulher e, nesse sentido, dar condições para permitir uma capacidade de agir realçada.

Voltando a Rubin, a discussão torna-se ainda mais interessante, pois ela entende sexualidade enquanto campo político, onde acontecem disputas simbólicas. Em “Thinking About Sex”, Rubin (1999), posiciona-se contra as críticas do movimento feminista à pornografia e às práticas sexuais dos homossexuais, pois essas críticas utilizam-se do mesmo discurso moral que produz os gêneros e, portanto, a opressão das mulheres. É importante ter fundamentos contingentes, mas é fundamental entender que é justamente o discurso que condena a sexualidade dita marginal que, também, oprime as mulheres.

Não estou dizendo que sexo e gênero são a mesma coisa, Rubin mostra claramente que são campos distintos, que possuem relações, mas tem questões específicas. No momento, se for entendido que a ideia de natureza e de normalidade são construções históricas, discursos, não é possível condenar esta ou aquela prática social.

É essa mudança na aceitação dos comportamentos que demonstra como a questão da sexualidade é dinâmica e um campo de disputa simbólica. Criam-se novos discursos que regulam os novos acontecimentos. A dificuldade das mulheres quanto à inserção nas entidades sindicais, bem como, sua crescente participação e conquistas de espaço nela, mostram como a questão de gênero é uma disputa simbólica. Se for estabelecida uma comparação do que era antigamente e do que é hoje, será possível notar que a participação das mulheres na vida sindical é mais valorizada, e que a história da questão do gênero nos sindicatos é dinâmica. Por isso, é imprescindível realizar um resgate histórico da questão de gênero na história do Sindicato dos Químicos de São Paulo. Esse levantamento foi realizado mediante entrevistas e análise de documentos.

### **Um Homem na Secretaria de Gênero?**

O Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo possui uma luta histórica na questão de gênero dentro do sindicalismo brasileiro. Com as entrevistas pude perceber o quanto esse tema atingiu expressão em certos momentos da história desse sindicato, inclusive pelo fato de uma mulher ter chegado à sua presidência. Em 1989, Isabel Conceição tornou-se a primeira mulher a ser presidente, ganhando o posto mais alto na hierarquia de poder dentro da entidade. Porém, esse trabalho ficou enfraquecido por um período, sendo resgatado em meados dos anos 2000. Um novo ânimo levou a criação de uma comissão de mulheres que conquistou a criação de uma Secretaria de Gênero. Porém, para surpresa de muitas militantes, um homem foi colocado no posto de secretário. Este fato chama muito à atenção e acredito que é um ponto chave para explicação de como a questão de gênero é tratada no SINDQUIMSP e no movimento sindical brasileiro no período histórico contemporâneo. Através de tal questão, as hipóteses do meu projeto puderam ser discutidas.

Existem dois pontos que devem ser levantados: o primeiro consiste na razão de um homem ter sido colocado na Secretaria de Gênero, mesmo sem o apoio da maioria das mulheres do sindicato. Segundo, uma questão conceitual sobre os termos gênero e mulheres, que possuem uma implicação política relevante.

Quanto ao sindicalismo é preciso apontar para uma dimensão além da questão de gênero, que diz respeito à forma como se organiza o sindicalismo brasileiro. Este movimento possui internamente diferentes organizações que disputam a direção política do movimento, são as chamadas, no jargão

militante, de “correntes”. Na diretoria atual dos químicos, há três correntes representadas: Alternativa Sindical Socialista (ASS), que deixou de existir durante a gestão, CUT Socialista Democrática (CSD) e Articulação Sindical.

A CSD nasce em 2002, sendo a seção sindical de tendência interna do Partido dos Trabalhadores conhecida por Democracia Socialista. Esta corrente contrasta com a visão de outras que colocam a questão mulheres como periférica à questão econômica, superando o economicismo presente em setores do marxismo. A luta das mulheres não é vista como complementar a dos homens, nem como um atraso para revolução ou rompimento da unidade de classe (ARAÚJO, 1998). O trabalho de mulheres torna-se fundamental então para construção do socialismo segundo tal corrente, e, dessa maneira, as mulheres conseguem mais espaço político, ocupando legitimamente cargos de direção. Como exemplo disso, cabe citar o caso de Rosane da Silva, representante da CSD na direção executiva da CUT, e também membro da Coordenação Nacional da DS.

Segundo o diretor dos Químicos de São Paulo P (homem), a diretoria dos Químicos era composta por três correntes, porém agora existem duas, pois a ASS acabou. Segundo o diretor: “Temos a Articulação Sindical, corrente majoritária com 29 diretores, e os companheiros que eram da antiga ASS que se intitulam independentes e nós da CSD que somos 5.”

Existe uma ampla hegemonia da Articulação Sindical que controla a maioria dos cargos no sindicato. Outra questão importante é entender que a divisão de cargos nos sindicatos se dá pelo número de votos que as correntes conquistam nos congressos. Portanto, existe um número de cargos dados a cada corrente por esse critério que explica porque a secretaria de gênero é ocupada por um homem nos Químicos. Segundo Y (mulher):

Temos uma secretaria de gênero que é um homem, batalhamos tanto, seis anos, pra passar em congresso diretoria, daí me entregam a secretaria para um homem, mas...bom, hahaha, deixa pra lá. É uma pessoa que nunca discutiu gênero, ainda se fosse alguém que tivesse acúmulo sobre a questão, num teve interesse, e aí pela briga interna de correntes ela acabou ficando com a secretaria, porque nem se avaliou a necessidade de ter uma companheira ali, seja de qual corrente fosse, mas que tivesse respaldo das mulheres, da categoria, pra desenvolver um trabalho, não se pensou nisso, só que tal corrente tinha um numero maior na composição da diretoria, então, deve assumir secretaria tal, que é da Articulação Sindical. Mas não só nós, mas a própria CUT faz essa avaliação.

O depoimento de Y (mulher) traz uma denúncia importante, mostrando como a questão de gênero era colocada em segundo plano, mesmo no SINDQUIMSP. Ao afirmar a desqualificação do secretário, Y (mulher) demonstra que o trabalho de gênero é visto como uma pauta inserida dentro da lógica de correntes e da divisão de cargos internos. G (mulher) reforça essa visão:

Ele entrou por causa da corrente, a Lucineide não queria...tava na CNQ. E pra eles passar a secretaria pra outra corrente, eles preferiam por um homem do que deixar outra pessoa de outra corrente...é tudo muito difícil...a relação é difícil. Eu sei que tem que ter divergências, mas esse negócio de corrente é um problema sério.

Essa visão não é restrita apenas a diretoras mulheres, mas é compartilhada por um diretor homem. W (homem) vai até mais longe do que as diretoras anteriores, afirma que G (homem) não possui militância na questão de gênero que justifique estar na coordenação da Secretaria de Gênero:

Infelizmente por conta dessa luta das mulheres elas que brigaram intensamente pra criação dessa secretaria, nada mais justo que uma delas assumisse o comando da secretaria pra tá tomando esse trabalho daquele momento em diante, mas por conta de questões internas da diretoria de uma das forças políticas um homem acabou assumindo, sem querer depreciar, desmerecer ninguém, a gente achou que o caminho natural seria uma mulher cumprir esse papel.

Segundo X (homem), o critério das escolhas de cargos é também a proporcionalidade entre as correntes, sendo que quanto maior a força em termos de delegados no congresso da categoria, maior o número de cargos. Para ele: “A proporcionalidade se dá pelas correntes, você tem uma força maior,

“você tem um número de vagas. Hoje a força maior é a articulação, depois CSD, e ASS, que é a segunda força no sindicato”

### **Já segundo W (homem):**

[...] a distribuição dos cargos é feita obviamente de acordo com os pleitos que a gente faz na hora dos congressos. Faz uma convenção, trabalha segundo os percentuais de cada força política, e a partir daquele momento a gente considera aquele número inicial pra divisão de secretarias, pra divisão da coordenação e por aí vai...e você tem que conviver com essas forças políticas, e muitas vezes você tem muito mais problema dentro da sua própria corrente propriamente dita, do que com outras correntes.

Uma das minhas hipóteses de pesquisa era que a questão de gênero teria obtido força por ser uma política de captura, e não como resultado da mudança das relações no interior dos sindicatos.

No interior do sindicato também somos oito mulheres e nenhuma ocupa cargo de expressão no sindicato. Tem só uma mulher como coordenadora, é a Célia, de Esporte, Cultura e Lazer. Temos 7 coordenadores, ela é única mulher que faz parte da coordenação do sindicato. Mas assim, só essa secretaria, porque secretaria importante, como jurídico ou administração, mulher nem chega perto. As mais importantes são administração e jurídico.

Por este depoimento de Y (mulher) fica claro como as mulheres estavam afastadas dos cargos de maior poder na entidade. Assim, não havia inserção das mulheres ainda no lócus do poder sindical, ficando este restrito aos homens. Em uma coordenação de sete pessoas, apenas uma mulher está presente.

Entretanto, Bourdieu elucida essa questão de cargos e gênero da seguinte forma:

A definição de um cargo, sobretudo de autoridade, inclui todo tipo de capacitações e aptidões sexualmente conotadas. As posições dificilmente são ocupadas por mulheres porque elas são talhadas sobre medida para que homens cuja virilidade mesmo se construiu como oposta as mulheres tais como são hoje. A dominação masculina constitui as mulheres como objetos simbólicos. O ser é um ser percebido, tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam femininas, frágeis, simpáticas, submissas, atenciosas, sorridentes, ou até mesmo apagadas. E a pretensa feminilidade muitas vezes não é mais do que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. A socialização dos homens os predispõe aos jogos de poder e as mulheres, a amar os homens que os jogam (1996:44).

### **O depoimento de G (mulher) corrobora essa hipótese:**

Na composição da diretoria o poder é dos homens, nós somos colegiados, mas quem tá lá em cima mesmo são só homens. As secretarias mais importantes são dos homens: jurídico, administração, finanças, saúde, então é tudo quem encabeça a chapa. Tem uma diretora da ASS que é da secretaria de cultura, a Célia. Mulher mesmo que assume a pasta é só ela. Fazemos parte das secretarias mas quem assume mesmo as pastas é o homem.

Sobre a questão das cotas, em meu projeto havia a hipótese de que as mulheres, apesar de ocuparem espaços nas diretorias, não possuíam acesso há um exercício pleno do poder, sendo que as cotas significariam muito mais um reconhecimento da história desigual da democracia, do que um mecanismo de real acesso ao poder. Essa hipótese é fortalecida quando se verifica que as mulheres tem tido a representação aumentada nas diretorias sim, mas essa participação não se dá nos cargos de presidente, tesoureiro e secretário geral, cargos mais relevantes quanto ao poder de decisão da diretoria. Chegamos a ser 12 na diretoria, quando entrei éramos 3, hoje somos 8. O que num é o ideal, porque pra cota faltam 4 companheiras, mas antes a diretoria era maior, então nunca chegamos a 30%. A diretoria era de 80, agora é de 43. Quando tinham 12 companheiras na diretoria, o número de diretores era 70,

80. As mulheres não conseguem entrar na diretoria, abre espaço pensam em homens, é difícil abrirem oportunidades para mulheres e só entra quando tem mais de uma vaga. Se garante o homem, depois põe uma companheira. Temos dificuldades de tripla, dupla jornada, tem criança, tem marido, porque é muito difícil...

Nem mesmo a cota de 30% é cumprida no sindicato, quanto mais a ideia de que por meio dela, poderia haver uma mudança de lógica quanto ao gênero das entidades. Y (mulher) afirma que na abertura de cargos, os “companheiros” pensam prioritariamente na indicação de homens, deixando mulheres como segunda ou terceira opção. Portanto, a lógica masculina na divisão de cargos persiste no interior do SINDQUIMSP até hoje.

Segundo X (homem), a questão das cotas é aceita, sendo que as dificuldades seriam oriundas da cultura da sociedade:

A questão das cotas foi sempre aceita, a dificuldade de ter mulheres em qualquer categoria, seja ela de comércio, operária, ou qualquer ramo de atividade, sempre esbarra numa questão de uma cultura da sociedade. A mulher tem uma dupla jornada, ela trabalha e no sindicato ela tem outra atividade, e numa cultura totalmente machista como é o Brasil você tem que ir quebrando barreiras, mostrando que a mulher tem que estar viva na vida política e na vida do movimento sindical, senão você nunca mais vai dar um passo a frente, acho que a gente tá vencendo essa barreira aí, num é fácil, mas temos que romper. Mostrar que a mulher tem que ter participação, isso cresce no dia a dia, hoje você aqui mulher diretora do sindicato, mulher prefeita, deputada, você vê aqui nas assembleias legislativas.

Existe um contraponto entre as duas falas anteriores, uma vez que para Y (mulher) não se cumpre a cota de mulheres no sindicato e existiriam dificuldade para tanto, e para L a cota seria aceita. Porém, o diretor reconhece as dificuldades e as barreiras com a questão de mulheres devido a cultura machista de nosso país. Apesar da afirmação da aceitação das cotas, segundo XD (homem), as dificuldades levantadas por Y (mulher) são mais coerentes com os demais depoimentos e mesmo com as composições das diretorias do SINDQUIMSP.

É claro que ao entender o contexto de que fala X (homem), entende-se o que ele quer dizer quando afirma que as cotas sempre foram aceitas. Esse diretor, em seu depoimento, conta que o SINDQUIMSP foi pioneiro na luta pelas cotas. Seria derivada desta a conquista das cotas na CUT e PT. Segundo o diretor:

[...] sempre defendemos nos congressos da CUT a participação da mulher, até ter estabelecido uma cota, e nosso sindicato foi o primeiro a defender a cota de 30%. Depois foi aprovado no partido dos trabalhadores e na CUT, e hoje já tem uma participação bastante grande, a gente sempre trabalha na renovação da diretoria[...]

Portanto, ele se refere a uma aceitação história da importância das cotas, fato comprovado pela própria aprovação das mesmas. Dessa maneira, não está afirmando que as cotas são cumpridas em sua integralidade, ou que não haja dificuldades, mas sim que elas são reconhecidas e que, atualmente, ninguém questiona a sua existência.

E, em seu depoimento, revela fatos importantes sobre as cotas mostrando que existe lá uma deformação em sua implementação, e que esse mecanismo por si só não resolve os problemas de diferença de gênero. Haveria um discurso favorável que seria expresso, às vezes, por conveniência política e não por concordância, portanto, seria necessário mais do que ser favorável às cotas, é preciso formar as mulheres para estarem na diretoria. Segundo ele:

Eu não vou defender a questão de cota de 30%, 40%, pura e simplesmente por defender... não vou fazer isso. Eu procuro adotar uma postura crítica com relação às cotas, mas sendo coerente com aquilo que eu penso, com aquilo que eu imagino, com a realidade que a gente vivencia, tanto é assim que, como eu disse, os 43% de mulheres na categoria não estão refletidos na diretoria. Tem gente na diretoria que defende a cota por defender e se mostrar simpático, a gente trava alguns debates nesse sentido, hoje é mais tranquilo você fazer esse debate.

E ainda:

[...] eu sempre fui muito crítico a questão das cotas no seguinte sentido, eu acho que é legítimo tanto mulheres como qualquer outra minoria, sejam negrão, sejam homossexuais, seja qual for a minoria pleitear, reivindicar uma posição e reivindicar uma participação. O problema é que, nem sempre, se você num trabalha com a formação dessas companheiras, fica difícil você tá trazendo pra diretoria, você num pode simplesmente trazer pra preencher um número, seria um contra-senso, então, nesse ponto eu sou crítico a questão das cotas, acho que tem que se avançar muito e acho que a secretaria tem esse papel de trabalhar com essa formação das companheiras, existem muitas com a condição de vir pra diretoria.

Outra questão importante é a diferenciação entre os termos “gênero e mulheres” e sua consequente implicação política. A secretaria do SINDQUIMSP não é uma secretaria de mulheres, mas sim de gênero. Segundo Y (mulher):

Mas a justificativa é que é de gênero, que fala de homens e mulheres. Talvez se fosse de mulheres teria uma mulher a frente, mas num pra saber. Mas quando a gente trabalha, num quer diferenciar mulher e homem, porque mulher num é ser que é diferente do homem, a gente tem necessidades diferente dos homens, mas o que a gente quer é ganhar é a mesma coisa, ter iguais condições, queremos ser iguais e não diferentes dos homens, por isso secretaria de gênero e não de mulheres. E aí alguns fazem avaliação de que foi errado por queremos igualdade entre os sexos. Ninguém é melhor do que ninguém. Esta foi a nossa avaliação quando fizemos essa denominação.

Essa fala deixa clara uma visão de feminismo em que o homem é visto enquanto um parceiro, sendo fundamental sua participação nas discussões e ações. Ao não afirmar uma diferenciação e homem e mulheres, ao contrário, afirmando a igualdade, fica explícito o entendimento contrário à ideia de todos os homens, enquanto inimigos, opressores, Segundo Sartori (2001), não-mixidade é um conceito que tem pressuposto que os problemas das mulheres deveriam ser pensados unicamente pelas mulheres. No depoimento de W (homem), esse diretor afirma que a questão de gênero não pode ser associada somente às mulheres:

Nós até, nesse debate da questão da secretaria, nós começamos a desmistificar um pouco o que é a questão da secretaria de gênero. Infelizmente a gente vem trabalhando, porque quando se fala em gênero associa-se somente a questão da mulher, e num é bem assim, na verdade gênero significa essas relações conflituosas entre homens e mulheres e você têm que de alguma maneira tentar conciliar, tentar resolver. A gente acabou entendendo que gênero num é somente uma questão da mulher.

### **Para R (mulher)**

Num é virar a pirâmide, mas igualar...então num queremos ser diferentes, queremos construir com eles um sindicato novo com homens e mulheres trabalhando juntos.”

R (mulher), nesse depoimento vai além de Y (mulher), mostrando até uma tática política pra a questão de gênero, que seria a negociação e não o embate com os homens. A visão é de que o problema das mulheres é social, portanto, envolvendo os homens também, daí a importância de convencer e aproximá-los e não segregá-los das discussões. Uma das dificuldades para levar mulheres em discussões de gênero que aparecem nos depoimentos é justamente os maridos. Alguns têm dificuldade de compreender a saída das mulheres, e mesmo a ida para congressos. Existe o desconhecimento do que se faz nesses encontros e o receio de serem traídos. Portanto, a participação dos homens nas discussões faz com que tais “medos” sejam esclarecidos e conseqüentemente separados, evitando problemas conjugais e que poderiam impedir e trabalhar a participação das mulheres. Beauvoir:

“Eu não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos; seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito, inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata para as mulheres de se afirmar como mulheres, mas de tornarem-se seres humanos na sua integralidade.” (1990:34)

Um ponto importante também nos relatos é quanto a avaliação sobre o trabalho de gênero. Apesar dos avanços, Nilza aponta dois problemas que ainda permanecem:

- 1) A pouca participação das mulheres, enquanto dirigentes sindicais.
- 2) A discriminação em relação aos salários: as mulheres ganham menos que os homens, mesmo que façam o mesmo serviço. (REVISTA ESPECIAL DA CNQ, 2005: 18).

## **Resultados**

- 1) As cotas não proporcionaram um acesso aos espaços de maior poder na estrutura sindical, mas significaram um grande avanço na luta das mulheres contra o machismo nas entidades sindicais. As cotas têm que ser entendidas não como fim, mas, sim, como uma etapa relevante para a construção do feminismo. A pesquisa demonstrou que a discussão da questão de gênero é maior do que as cotas, abrangendo toda uma história de militância.
- 2) A ideia de que a questão de gênero era vista como política de captura se confirma.
- 3) O fim do sindicalismo preconizado por Rodrigues não se confirma, muito pelo contrário, as novas frentes têm feito o sindicalismo ganhar novos militantes em espaços nos quais antes sequer o discurso sindical chegava.
- 4) A questão das mulheres nos sindicatos tem aumentado sua expressão.
- 5) Existe uma nova maneira de se atuar no movimento sindical brasileiro, as políticas de identidade são relevantes tanto internamente quanto extremamente às instituições. Pensar sindicalismo atualmente como somente relacionado às questões trabalhistas é um equívoco, pois a compreensão predominante é que a defesa dos trabalhadores tem de passar pelo conceito de vida, não somente restrito aos assuntos referentes aos direitos trabalhistas.
- 6) As políticas de identidade se colocam como uma resposta do movimento sindical às transformações na contemporaneidade.
- 7) No sindicalismo o trabalho de mulheres não exclui os homens. Existem espaços mistos onde são feitas discussões com os homens também, além da auto-organização das mulheres.

## **Bibliografia Principal**

ARAÚJO, A.R. O assédio moral organizacional e medidas internas preventivas e repressivas. In: GOSDAL, T. C.; SOBOLL, L.A.P. (Orgs). Assédio Moral interpessoal e organizacional: um enfoque interdisciplinar, São Paulo: LTr, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, J.M. Marat; MEYERE, Dagnmar; WALDOW (Orgs). Gênero e Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes o feminismo e a questão do pós-modernismo. Cadernos Pagu, n.11, p.11-42, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares para versão do artigo "Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism", no Greater Philadelphia Philosophy Consortium, em setembro de 1990.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade- A Vontade de Saber, Vol. I. Rio de Janeiro: Graal, 1977.



- RUBIN, Gayle. "Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality" [1984] 1999. REVISTA ESPECIAL DA COBFEDERAÇÃO NACIONAL DO RAMO QUÍMICO CNQ-CUT- Secretaria de Gênero- Mulheres do ramo Químico: Construindo a História, agosto de 2005.
- SARTORI, Ari José. Homens e relações de gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis. In: Bruschini, C; PINTO, C.R. (Org). Tempos e Lugares de Gênero. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2001. p.217-239.